

Cristiane Miranda Botelho

O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE ECONÔMICA NO IMPOSTO DE RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS

*tributação dos lucros, dividendos
e transferências fiscais*



Copyright © 2020 by Editora Letramento
 Copyright © 2020 by Cristiane Miranda Botelho

DIRETOR EDITORIAL | Gustavo Abreu
 DIRETOR ADMINISTRATIVO | Júnior Gaudereto
 DIRETOR FINANCEIRO | Cláudio Macedo
 LOGÍSTICA | Vinicius Santiago
 COMUNICAÇÃO E MARKETING | Giulia Staar
 EDITORA | Laura Brand
 ASSISTENTE EDITORIAL | Carolina Fonseca
 DESIGNER EDITORIAL | Gustavo Zeferino e Luis Otávio Ferreira

Coordenadores da Coleção

Misabel de Abreu Machado Derzi Onofre Alves Batista Júnior

Conselho Editorial

André Parmo Folloni	Luis Schoueri
André Mendes Moreira	Marciano Buffon
Élida Graziane Pinto	Mary Elbe
Elival da Silva Ramos	Pasquale Pistone
Fernando Facury Scaff	Paulo Rosenblatt
Heleno Taveira Torres	Ricardo Lodi Ribeiro
Hugo Segundo	Sacha Calmon Navarro Coelho
Humberto Ávila	Tarcisio Diniz Magalhães
João Félix Nogueira	Thomas da Rosa de Bustamante
José Conti	Ulisses Schwarz Viana
Ludmila M. Monteiro de Oliveira	Valter de Souza Lobato.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

B748p Botelho, Cristiane Miranda

O princípio da capacidade econômica no imposto de renda das pessoas físicas: tributação dos lucros, dividendos e transferências fiscais / Cristiane Miranda Botelho. - Belo Horizonte : Letramento ; Casa do Direito, 2020. 486 p. ; 15,5cm x 22,5cm. - (Direito Tributário e Financeiro)

Inclui bibliografia e anexo.
 ISBN: 978-85-9530-389-8

1. Direito. 2. Direito tributário. 3. Imposto de renda. 4. Tributação. I. Título. II. Série.

2020-712

CDD 341.39
 CDU 34:336.2

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito tributário 341.39
2. Direito tributário 34:336.2

Belo Horizonte - MG

Rua Magnólia, 1086
 Bairro Caçara
 CEP 30770-020
 Fone 31.3327-5771
 contato@editorialetramento.com.br
 editorialetramento.com.br
 casadodireito.com



Casa do Direito é o selo jurídico do
 Grupo Editorial Letramento

SUMÁRIO

19	SELO TÉCNICO ABRADT
21	APRESENTAÇÃO
25	PREFÁCIO
31	1. INTRODUÇÃO
45	2. OS DESAFIOS DA TRIBUTAÇÃO NA "MODERNIDADE LÍQUIDA"
58	2.1. CONCORRÊNCIA TRIBUTÁRIA INTERNACIONAL
64	2.2. REGRESSIVIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E FUNÇÕES DA TRIBUTAÇÃO
79	3. JUSTIÇA DISTRIBUTIVA: BASE TRIBUTÁRIA: RENDA OU CONSUMO
79	3.1. BREVE INTRODUÇÃO ÀS TEORIAS DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA
88	3.2. SÍNTESE DA TEORIA RAWLSIANA DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA
99	3.3. IGUALDADE EQUITATIVA DE RECURSOS EM RONALD DWORKIN
100	3.3.1. IGUALDADE DE BEM-ESTAR
102	3.3.2. IGUALDADE DE RECURSOS (EQUALITY OF RESOURCES)
110	3.4. REFLEXOS DAS TEORIAS DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA DE JOHN RAWLS E RONALD DWORKIN NA TRIBUTAÇÃO
119	3.5. BASE TRIBUTÁRIA: TRIBUTAÇÃO DA RENDA OU DO CONSUMO
123	3.5.1. PROPOSTAS DE SUBSTITUIÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DA RENDA PELO CONSUMO
130	3.1.0.1. O TRIBUTO ÚNICO (<i>FLAT TAX</i>), O TRIBUTO "X" (<i>X TAX</i>) E O TRIBUTO SOBRE O FLUXO MONETÁRIO DE CAIXA (<i>CASH FLOW TAX</i>) CRÍTICAS ÀS PROPOSTAS
137	3.6. EXAME DOS RELATÓRIOS DA OECD SOBRE TRIBUTAÇÃO DO CONSUMO E RENDA

- 147 4. PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E DA CAPACIDADE ECONÔMICA**
- 149 4.1. PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA
- 154 4.2. BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA
- 159 4.3. O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NA DOCTRINA: EVOLUÇÃO, APOGEU E CRISE
- 161 4.3.1. *O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL ALEMÃO*
- 167 4.3.2. *O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA NA DOCTRINA BRASILEIRA*
- 180 4.4. FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE ECONÔMICA E DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA
- 182 4.4.1. *TEORIA DO BENEFÍCIO OU EQUIVALÊNCIA*
- 185 4.4.2. *EQUIDADE VERTICAL E HORIZONTAL: TEORIA DOS SACRIFÍCIOS IGUAIS, ABSOLUTOS E PROPORCIONAIS*
- 196 4.4.3. *SOLIDARIEDADE FISCAL, OS DOIS PRINCÍPIOS DE JUSTIÇA DE JOHN RAWLS E JUSTIFICAÇÃO FILOSÓFICA DA CAPACIDADE ECONÔMICA*
- 202 4.5. JURIDICIDADE DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE ECONÔMICA E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE O PRINCÍPIO E O IRPF
- 204 4.5.1. *O STF E O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA*
- 211 4.5.2. *O STF E O PRINCÍPIO DA CAPACIDADE ECONÔMICA*
- 221 5. O IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO**
- 221 5.1. Breve histórico da tributação da renda
- 227 5.2. CRITÉRIOS CONSTITUCIONAIS QUE NORTEIAM A TRIBUTAÇÃO DA RENDA
- 227 5.2.1. *PESSOALIDADE, GENERALIDADE E UNIVERSALIDADE*
- 232 5.2.2. *CRITÉRIO DA PROGRESSIVIDADE: CONCEITO, FUNDAMENTO E HISTÓRIA NO IRPF*
- 247 5.3. CONCEITO DE RENDA NO IMPOSTO SOBRE A RENDA DAS PESSOAS FÍSICAS
- 253 5.3.1. *DISTINÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO E RENDA*
- 256 5.3.2. *RENDIMENTO E RENDA*
- 257 5.3.3. *O CONCEITO DE RENDA NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL*

- 263 5.3.4. *O PRINCÍPIO DA RENDA LÍQUIDA OBJETIVA*
- 267 5.3.5. *PRINCÍPIO DO LÍQUIDO SUBJETIVO NO IRPF: DEDUÇÕES E MÍNIMO EXISTENCIAL FAMILIAR*
- 281 5.4. *DISTORÇÕES DA TRIBUTAÇÃO DA RENDA SALARIAL: QUEM, DE FATO, SUPORTA O ÔNUS DO IRPF?*
- 281 5.4.1. *ESTIMATIVAS DOS DADOS TRIBUTÁRIOS RADIOGRAFIA DOS NÚMEROS DO IRPF*
- 292 5.5. *SISTEMAS DE TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS*
- 292 5.5.1. *HISTÓRICO DA TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDOS NO IRPF BRASILEIRO*
- 308 5.5.2. *REGIMES DE TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS E DIVIDENDOS NOS PAÍSES DA OECD*
- 316 5.5.3. *A TRIBUTAÇÃO DOS DIVIDENDOS E DOS LUCROS DISTRIBUÍDOS NA ALEMANHA*
- 321 5.5.4. *A TRIBUTAÇÃO DOS DIVIDENDOS NOS ESTADOS UNIDOS*
- 331 5.5.5. *PROPOSTA PARA TRIBUTAÇÃO DOS DIVIDENDOS NO BRASIL: REVOGAÇÃO DA ISENÇÃO, CAPACIDADE ECONÔMICA DO SÓCIO, RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO SÓCIO COM A EMPRESA, LUCROS E DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS A PESSOAS JURÍDICAS*

351 6. MEDIDAS REDISTRIBUTIVAS E TRIBUTAÇÃO DA RENDA

- 356 6.1. *PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA*
- 373 6.2. *PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL*
- 384 6.3. *O IMPOSTO DE RENDA NEGATIVO*
- 391 6.4. *EXAME DO DIREITO COMPARADO: O EARNED INCOME TAX CREDIT (EITC) DOS ESTADOS UNIDOS*
- 401 6.5. *Créditos vinculados ao exercício de atividade remunerada – Sistema de ajuda social vinculado ao imposto de renda*

415 7. CONCLUSÕES

427 REFERÊNCIAS

477 ANEXO I –TRIBUTOS CONSIDERADOS INCIDENTES SOBRE O CONSUMO SEGUNDO O MINISTÉRIO DA FAZENDA